

Criança e Adolescente em Situação de Risco: Geração de Renda como Alternativa de Prevenção à Exploração Sexual

Área Temática de Direitos Humanos

O projeto será desenvolvido pelo Programa Pólos de Cidadania com o objetivo de constituir cooperativas populares, no período de 24 (vinte e quatro) meses, em sete cidades do Médio Vale do Jequitinhonha. O projeto adota a metodologia de pesquisa-ação, visando a prevenção da exploração sexual infantil nessas cidades. Resultados. Pretende-se ter como um dos resultados a elaboração de políticas públicas, para o Estado e as sete Prefeituras trabalhadas. As cooperativas serão uma oportunidade de trabalho e geração de renda para uma média de 420 (quatrocentos e vinte) mulheres-mães da região do Médio Vale do Jequitinhonha que desenvolverão empreendimentos auto-gestionários, nos marcos da economia solidária, capazes de incluí-las socialmente e os membros de suas famílias, contribuindo para a constituição de uma barreira à entrada das filhas (os) no mercado de exploração sexual. A implementação de cooperativas atingirá uma média de 365 (trezentos e sessenta e cinco) crianças e adolescentes sexualmente explorados nas 7 (sete) cidades, representando um avanço significativo na reestruturação econômica e social de muitas famílias.

Autores

Miracy Barbosa de Sousa Gustin – Professora Adjunta da Faculdade de Direito, Doutora em Direito e Mestre em Ciência Política

Cândido Luiz de Lima Fernandes – Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, Doutor em economia e Bacharel em Economia e Direito

Ronaldo Araújo Pedron – Bacharel em Direito

Larissa Baptista – Bacharel em Direito

Sielen Barreto Caldas – Graduanda em Direito

Instituição

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Palavras-chave: cooperativismo; exploração sexual; inclusão social.

Introdução e objetivo

O Programa Pólos de Cidadania, projeto interdisciplinar e interinstitucional de pesquisa e extensão da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Vem desenvolvendo, desde meados de novembro de 2002, em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, a Associação Microrregional dos Municípios do Médio Vale do Jequitinhonha (AMEJE) e o “Programa Pólo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha”, atividades integradas de pesquisa e extensão em treze municípios da Micro-região do Médio Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, em prol da efetividade dos Direitos Humanos das Crianças e Adolescentes em situação de risco.

Objetivando identificar e analisar os principais problemas que tocam à criança e ao adolescente na região, assim como as políticas públicas elaboradas e executadas para o enfrentamento da questão, o diagnóstico realizado ao longo do ano de 2003 pelo Programa Pólos de Cidadania possibilitou o levantamento de dados secundários e primários e a elaboração de um perfil jurídico-social dos 13 (treze) municípios pesquisados, considerados tanto de forma individualizada, como conjunta. Os dados do diagnóstico apontaram para um

problema relevante na região, qual seja, a exploração sexual de crianças e de adolescentes, a demandar uma atuação urgente.

São variadas as formas de violência e exploração a que estão sujeitas crianças e adolescentes sexualmente exploradas. Diferentemente da prostituição entre os adultos, que desperta fortes debates acerca da liberdade sexual e da autonomia da vontade, a exploração sexual infanto-juvenil deve ser compreendida como violação de direitos humanos, porquanto as crianças e os adolescentes são incapazes para uma tal tomada de decisão. Dados de outras pesquisas sobre a região em tela são alarmantes.

No âmbito nacional, noticia-se que “entre janeiro e março deste ano, de todas as ocorrências com menores registradas nas rodovias federais do País, 1/3 (um terço) estavam relacionadas ao abuso sexual infanto-juvenil”.

Segundo dados da Polícia Rodoviária Federal, praticamente todo o Estado de Minas Gerais é cortado pelas rotas do crime, sendo a BR-116 (que corta o Médio Vale do Jequitinhonha) a mais extensa delas, com o maior número de “pontos” de exploração sexual do Estado.

Do ponto de vista regional, pesquisa realizada no ano de 2000 pela Universidade de Montes Claros (UNIMONTES) mostra que há cerca de 5.000 (cinco mil) crianças envolvidas com a exploração sexual na região Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha. De maneira surpreendente, a pesquisa indicou que 1.619 mulheres que se prostituíam foram exploradas sexualmente quando ainda eram adolescentes, apontando para uma conjugação perversa de problemas.

Recente pesquisa realizada pelo Instituto da Criança e do Adolescente (ICA) da PUC Minas, divulgada no *site* da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes (SEDESE) indicou que a prostituição infanto-juvenil atinge de maneira mais grave meninas pardas e negras, as quais representam 75% do universo pesquisado. Segundo dados da mesma fonte, 83% das meninas não estavam estudando; 64% deixariam os programas sexuais se tivessem outra atividade remunerada e 46% se tornaram vítimas da exploração sexual devido a dificuldades financeiras. Os valores dos programas variam de R\$ 3,00 (três reais) a R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), sendo certo que a maioria (34%) recebe apenas R\$ 10,00 (dez reais) por programa. 32% gastam o que ganham com o sustento; e 49% com gastos pessoais.

Dos dez municípios cujos entrevistados assinalaram a presença de prostituição infanto-juvenil, cinco deles são cortados por rodovias importantes (Araçuaí, Itaobim, Medina, Ponto dos Volantes e Padre Paraíso).

Embora ainda faltem elementos suficientes para conclusões mais seguras acerca deste quadro de problemas, tudo leva a crer que o quadro de miserabilidade que atinge a região do Vale do Jequitinhonha, e a desestruturação dos laços familiares por ele gerado, têm contribuído de forma definitiva para lançar crianças e jovens nesta modalidade perversa de trabalho.

Por todo o cenário acima delineado, o projeto se propõe a:

- Gerar renda através da formação de cooperativas populares como alternativa de prevenção à exploração sexual;
- Construir subsídios capazes de servir à formulação de outras políticas integradas de prevenção e erradicação à exploração sexual na Micro-Região do Médio Vale do Jequitinhonha, por meio do aprofundamento da análise dos múltiplos fatores que têm historicamente conduzido crianças e adolescentes à exploração sexual, tendo em vista a insuficiência das pesquisas já realizadas.

Por fim, o Projeto “Criança e Adolescente em Situação de Risco: Geração de Renda como Alternativa de Prevenção à Exploração Sexual” se justifica, tendo em conta a metodologia desenvolvida, por fomentar a emancipação de grupos excluídos, sendo um

modelo de ação acadêmico-científica, interdisciplinar e interinstitucional, no combate ao desemprego, à exploração sexual infanto-juvenil e à exclusão social.

Metodologia

O Programa Pólos de Cidadania tem se utilizado, ao longo dos quase 09 (nove) anos de sua constituição, da metodologia de pesquisa-ação. Trata-se de uma linha de pesquisa qualitativa que prioriza o contato com ações coletivas e ela própria realiza-se através de atuação “coletivizada”, no sentido de priorizar ações, discussões e decisões de equipe e de se utilizar o controle metodológico da intersubjetividade e da interdisciplinaridade. Atribui-se grande valor à permanente interação e busca de compreensão entre pesquisadores e membros das situações investigadas. Tudo se realiza de forma cooperativa e participativa, e isso se refere tanto às relações entre os membros do Programa quanto às relações entre estes e os demais atores sociais envolvidos na pesquisa-ação.

Tendo em vista que as finalidades de investigação são tanto teóricas quanto práticas, o aumento de conhecimento das situações não deverá permitir somente a ampliação das reflexões científicas ou acadêmicas, mas, primordialmente, ao equacionamento de problemas comunitários reais e à ampliação das capacidades de transformação dos contextos ou de condutas com relação à problemática focada neste trabalho, seja em médio prazo, quando se estará propondo políticas públicas de enfrentamento ao problema, seja em face de demandas imediatas, como por exemplo, nos casos de violação ou ameaça a violação dos direitos humanos, em face dos quais o Projeto atuará dando suporte jurídico às vítimas ou às entidades de defesa ou prevenção contra tais abusos.

Para promoção de cooperativas (sociedade que apresenta modelo organizacional capaz de conciliar o desenvolvimento econômico, a manutenção da solidariedade interna do grupo e interesse pela comunidade) em parceria com o Instituto Fênix (Cooperativa do Instituto Marista sediada em Araçuaí) e organizações da sociedade civil local, o presente trabalho valer-se-á da metodologia de incubação de cooperativas populares, desenvolvidas pelo Programa Pólos de Cidadania. (veja quadro abaixo).

A incubação de cooperativas populares é um trabalho educativo de pessoas marginalizadas e empobrecidas, em que se realiza o apoio constante da atividade produtiva das cooperativas, de caráter mercadológico, gerencial, financeiro e jurídico.

Metodologia de incubação

ETAPAS	SUB-ETAPAS	Desenvolvimento
1. Apresentação e sensibilização dos atores envolvidos	<ul style="list-style-type: none"> • Conscientização do grupo e multiplicadores a respeito de temas atuais como desemprego, exclusão e cidadania • Demonstração de alternativas para a geração de trabalho e renda 	<p>O projeto se desenvolverá com grupos organizados ou em processo de organização que demonstrem interesse em gerar renda através de processos de gestão democrática.</p> <p>Os grupos serão abordados através de entidades governamentais, para-governamentais e não governamentais (associações de bairro, grupos religiosos), principalmente, instalados na mesma região em que se inserem os grupos indicados. Também serão aceitas propostas de grupos que, através do trabalho de comunicação do projeto, tomarem ciência das atividades do Projeto. Após o contato inicial com os grupos serão feitas análises para a seleção dos grupos que demonstrarem maior potencial para a geração de renda através do cooperativismo.</p> <p>Início do processo de incubação. As principais atividades do Projeto se darão no local em que vive o grupo.</p> <p>O grupo será conduzido a compreender as razões políticas e econômicas que geram a exclusão social e o desemprego dos envolvidos. Tem-se, portanto, o início de um trabalho desmistificador, no qual o trabalhador reconhece suas deficiências, mas não atribui somente a si as causas de sua marginalização e vislumbra alternativas concretas de geração de renda, através do cooperativismo.</p>
2. Formação e consolidação do grupo potencial	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação do contexto de formação do grupo afinidades, identidades, objetivos em comum. 	<p>Trata-se do processo de consolidação e aprofundamento das relações entre os envolvidos. Nesta etapa haverá a marcante atuação de psicólogos e sociólogos que desenvolverão dinâmicas e discussões objetivando a construção de uma sólida identidade coletiva, a partir de habilidades comuns e histórias de vida. Haverá também a apresentação de vídeos sobre trabalho e cooperativismo.</p>
3. Capacitação para o cooperativismo	<ul style="list-style-type: none"> • A economia popular solidária: importância e contexto • Promoção do conhecimento dos princípios cooperativistas • Funcionamento de uma cooperativa 	<p>Em espaços comunitários serão ministradas palestras e aulas sobre os principais temas que envolvem a sociedade cooperativa. Buscar-se-á, através de linguagem clara, transmitir conhecimentos históricos e atuais sobre o cooperativismo. Trata-se de fase fundamental para o bom andamento do projeto, uma vez que se inicia um processo de educação para o cooperativismo e de mudança axiológica., utilizando-se dos procedimentos da pedagogia da autonomia e da emancipação.</p>

<p>4. Escolha da atividade econômica</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterização da estrutura e conjuntura do mercado local • Verificação de nichos de mercado/alternativas • Verificação da motivação/habilidades do grupo em relação a determinada atividade • Levantamento de recursos e infraestrutura necessárias para a execução da atividade • Estudo de viabilidade econômica • Aquisição de recursos e infraestrutura necessárias 	<p>Juntamente com os envolvidos no Projeto, a equipe técnica deverá realizar pesquisas de viabilidade, formação de preços e de marketing e levantamento de recursos, objetivando a escolha do objeto da cooperativa. A pesquisa a ser realizada deverá ser orientada pelas habilidades e vontade do grupo de desenvolver determinadas atividades.</p> <p>Tentar-se-á oferecer ao grupo mais de uma opção, para que coletivamente analisem e escolham democraticamente atividade mais lucrativa e prazerosa.</p>
<p>5. Capacitação técnica</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação das características e funcionamento da atividade • Qualificação técnica 	<p>Esta fase também será realizada em espaços comunitários ou na própria sede da cooperativa e será executada por profissionais experientes responsáveis por ministrar os cursos profissionalizantes.</p>
<p>6. Elaboração do estatuto</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação e esclarecimento do estatuto • Discussões envolvendo princípios cooperativistas e o estatuto 	<p>Nesta fase pretende-se realizar a construção do estatuto com os envolvidos. Todas as normas serão elaboradas conjuntamente, a partir de grupos de trabalho e discussão. Realizados os debates, a equipe redigirá o estatuto e o apresentará aos futuros cooperados.</p>
<p>7. Legalização da cooperativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Envio de documentos aos órgãos competentes (junta comercial, Receita Federal, postos fiscais etc) • Elaboração do regimento interno 	<p>Será realizado o registro da sociedade cooperativa na Junta Comercial de Minas Gerais e a elaboração do regimento interno, no qual serão utilizados os mesmos recursos técnicos e metodológicos na confecção dos estatutos. No regimento interno serão fixadas as regras de conduta, organização laboral e todas as demais normas estatutárias pendentes de regulamentação.</p>

8. Capacitação administrativa/ autogestão	<ul style="list-style-type: none"> • A autogestão • Administração do empreendimento cooperativo • Os fundos e os benefícios cooperativistas • Apuração de custos, formação de preços e análises de contratos • Organização contábil e financeira 	Através de palestras, dinâmicas e simulações serão desenvolvidas habilidades de gestão coletiva, envolvendo técnicas de negociação, comportamento profissional, estruturação contábil e financeira e formatação organizacional da empresa. Uso de procedimento de aprendizagem em serviço.
9. Assessoria para implementação das atividades da cooperativa/ Inserção e atuação no mercado/ Fim do processo de incubação	<ul style="list-style-type: none"> • Monitoria do processo de inserção da cooperativa no mercado • Monitoria do desenvolvimento das atividades internas da cooperativa e da atuação da cooperativa no mercado. • Avaliação do grau de autonomia do grupo e final do processo de incubação. 	A cooperativa será avaliada (aspectos qualitativos) e monitorada (aspectos quantitativos) tendo em vista sua capacidade de inclusão social e geração de renda. Antes, porém, a cooperativa será assessorada na efetiva implantação de suas atividades e inserção no mercado.

Para realização da pesquisa exploratória de campo, o procedimento utilizado será o de “estudo de caso” e “história de vida”, técnicas que permitem conhecer em profundidade o sentido que os sujeitos sexualmente explorados atribuem à sua experiência na prostituição. Para tanto, far-se-á necessária a construção de uma relação mínima de confiança entre entrevistador e entrevistado - o que se pretende alcançar não só através de vivências mais constantes com o público analisado, mas, especialmente, envolvendo algumas das adolescentes sexualmente exploradas no processo de pesquisa, através dos procedimentos da etno-metodologia - e a parceria com os Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente da região.

São procedimentos primordiais dessa linha de investigação: a “observação”, a “escuta”, a “compreensão” e a “intervenção”, onde os pesquisadores assumem múltiplos papéis, ou seja, são sujeitos que devem estar dispostos a “conhecer”, “dialogar” e a “responder” ou “fazer”, tornando indispensável, portanto, uma relação constante e sistemática de vivência periódica dos pesquisadores-extensionistas e orientadores com as comunidades envolvidas e multiplicadores da ação no nível local.

Serão desenvolvidos contatos com grupos de mulheres-mães e/ou de mulheres-artesãs para a constituição de grupos associativos com o objetivo final de constituição de cooperativas. Paralelamente a esse processo serão feitas intervenções múltiplas no sentido de difusão entre elas do conhecimento/reconhecimento de seus direitos e de constituição de capital humano que promova autonomia/ emancipação das integrantes desses grupos.

O produto final da pesquisa-ação será não apenas um relatório circunstanciado sobre os levantamentos e dados obtidos e uma proposta de revisão/constituição de políticas públicas nos níveis federal, estadual e municipal para a prevenção da exploração sexual, mas uma ação efetiva de geração de renda através da implantação de cooperativas e de uma rede de proteção e de prevenção à entrada de crianças e adolescentes no mercado de exploração sexual.

Resultados e discussão

O projeto “Criança e Adolescente em Situação de Risco: Geração de Renda como Alternativa de Prevenção à Exploração Sexual” pretende:

- Criar 01 (uma) cooperativa de trabalho em cada município no qual a exploração sexual mostrou-se um problema relevante - o diagnóstico indicou tratar-se de sete cidades: Araçuaí, Comercinho, Itaobim, Medina, Padre Paraíso, Ponto dos Volantes e Virgem da Lapa - que potencialize as atividades econômicas já tradicionais na região, especialmente o artesanato e a agricultura familiar;
- Gerar renda, a partir da implementação de sete cooperativas populares, para uma média de 420 mulheres-mães, no período de 24 (vinte e quatro) meses;
- Realizar pesquisa de campo verticalizada, através de estudos de caso, junto a uma média de 365 crianças e adultos sexualmente explorados nas sete cidades;
- Propor políticas públicas, para o Estado e as sete Prefeituras trabalhadas, para o enfrentamento do problema da exploração sexual de crianças e adolescentes na Micro-Região do Médio Vale do Jequitinhonha.

Conclusões

A exploração sexual de crianças e adolescentes é demasiado perversa, e por diversas razões. A iniciação sexual precoce nos moldes comerciais representa não só uma entrada precoce no mundo do trabalho, mas a segregação destas crianças dos espaços básicos de sociabilidade, tais como a escola e a família. Por outro lado, são variadas as formas de violência e exploração a que estão sujeitas crianças e adolescentes sexualmente exploradas. O problema encontra especial ressonância na região do Vale do Jequitinhonha, onde os números são alarmantes.

Sabe-se que, conjugada com um quadro de carência econômica historicamente construída, e da qual muito se tem falado, a exploração sexual de crianças e adolescentes no Vale do Jequitinhonha tem conduzido centenas de meninas para uma situação de risco social de dimensões incalculáveis - entendido, aqui, como o conjunto de circunstâncias que impedem ou dificultam o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade, das crianças e adolescentes, em consonância com o disposto no art. 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - frente ao qual pretende-se, com o presente projeto, a construção de alternativas viáveis.

As cooperativas de trabalho têm se mostrado um caminho promissor no sentido da emancipação social de grupos historicamente sujeitos à exploração econômica, tendo em vista as características da auto-gestão, da horizontalidade, e, sobretudo, da viabilização de potenciais produtivos regionais, especificamente vinculados às características culturais, sociais e econômicas de cada localidade.

A construção de cooperativas de trabalho de mulheres poderá representar um avanço significativo na reestruturação econômica de muitas famílias. A opção por um trabalho com grupos de mulheres se deve ao fato de que, como se sabe, é característica histórica da Região do Vale do Jequitinhonha a migração masculina na busca de postos de trabalho, o que tem conduzido a mulher a um lugar de destaque como provedora da família. Por tudo isso, entende-se que o resgate da dignidade no âmbito econômica pode significar um passo

importante na construção de uma rede de proteção à entrada de crianças e adolescentes no mercado da exploração sexual na região.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. *Diário Oficial da União.*, 13 julho. 1990.

Gráficos de Problemas afetos à Criança e ao Adolescente. Pesquisa direta - Programa Pólos de Cidadania. FD/UFMG, 2003.

GUSTIN, Miracy B. S. e DIAS, Maria Tereza F. *Curso de iniciação à pesquisa jurídica e à elaboração de projetos de pesquisa – orientações básicas*. Belo Horizonte: UFMG - Faculdade de Direito /NIEPE, 2000.

KRUEGER, Guilherme. *Cooperativas de trabalho na terceirização*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Cooperativas de trabalho*. São Paulo: Atlas, 2003.

SINGER. Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

STENGEL, Márcia e MOREIRA, Maria Ignez Costa. “A Exploração Sexual de Crianças e de Adolescentes”. In: *Trabalho infantil: a infância roubada*, Ministério do Trabalho e Emprego e PUC-Minas. Belo Horizonte: 2002.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia de pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1995.

UFMG. Pró-reitoria de Extensão, Pró-reitoria de Pesquisa e Instituto de Geociências. *Programa Pólo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha*. Belo Horizonte, julho, 2000.

UFMG. Pró-reitoria de Extensão. RELATÓRIO DE ATIVIDADES 1998. Belo Horizonte, 1998